

MINISTERIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 10880/004.969/90-11

JRL

Sessão de 21 de outubro de 1994

ACORDAO No. 104-11.835

Recurso no.: 87.845 - PIS/FATURAMENTO - EX. DE 1986

Recorrente : SUPER MERCADO SAO MARCO LTDA.

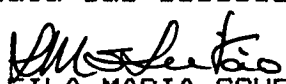
Recorrida : DRF EM SAO PAULO (SP)

PIS/FATURAMENTO - DECORRENCIA - Aplica-se ao processo decorrente a mesma sorte do processo principal, em razão da íntima relação de causa e efeito.

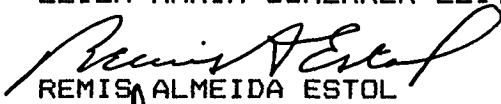
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SUPER MERCADO SAO MARCO LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1994


LEILA MARIA SCHERRER LEITAÓ

- PRESIDENTE


REMIS ALMEIDA ESTOL

- RELATOR

VISTO EM ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU

- PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

SESSAO DE: 10 NOV 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: Nelson Mallmann (Suplente convocado), Evandro Pedro Pinto, Miguel Rendy, Sérgio Murilo Marelllo (Suplente convocado). Ausente, justificadamente, o Conselheiro Carlos Walberto Chaves Rosas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 10880/004.969/90-11

ACORDAO No. 104-11.835

RECURSO No.: 87.845

RECORRENTE : SUPER MERCADO SAO MARCO LTDA.

R E L A T O R I O

Contra o sujeito passivo SUPER MERCADO SAO MARCO LTDA., está a DRF em São Paulo (SP) movendo cobrança de crédito tributário referente a PIS/FATURAMENTO correspondendo a exigência ao Exercício de 1986.

A razão do lançamento está formalizada e descrita às fls. 04/07, a saber:

"Lançamento decorrente da fiscalização do Imposto de Renda Pessoa Juridica, na qual foi apurada omissão de receita operacional, ocasionando, por conseguinte, insuficiência na determinação da base de cálculo desta contribuição."

Inconformado, o autuado se manifesta contra o feito fiscal na forma da impugnação de fls. 14/18, contestando com os seguintes argumentos, em resumo:

"PASSIVO FICTICIO - O ilustre autuante apontou a quantia de Cr\$.121.540,00, diferença entre a conta Fornecedores e os documentos que compõe o Demonstrativo do Saldo da respectiva conta, o que após uma reconferência constatou-se ser o saldo bem menor.

FALTA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO - Os documentos onde não consta a data do pagamento cujo valor foi avaliado em Cr\$.60.543.220,00, referem-se às notas fiscais a discriminadas adiante, cujas cópias encontram-se anexadas ao processo fiscal em referência: n. 5426, Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Bambini Ltda., no valor de Cr\$.5.534.220,00 - n. 23223, Frigorífico Jales Ltda. no valor de Cr\$.18.741.600,00 e n. 18479 do Frigorífico Jataizinho Ltda., no valor de



PROCESSO No. 10880/004.969/90-11

ACORDAO No. 104-11.835

Cr\$.36.267.400,00, emitidas em 12.12.85, 21.12.85 e 23.12.85, respectivamente.

Deve ser mencionado que as expressões contra apresentação ou à vista; apostas e esses documentos não podem ser interpretadas literalmente, são apenas dados referenciais e necessariamente não devem ser entendidos que o pagamento seja efetuado no mesmo dia da emissão de tais documentos.

Um fator que deve ser levado em conta é o uso comercial que as faturas, mesmo com aqueles enunciados, somente são liquidadas depois de conferidas as quantidades, especificações, peso e, quando se tratam de produtos perecíveis o seu estado sanitário para evitar receber mercadorias deterioradas.

Essas conferências demandam algum tempo durante o qual os documentos permanecem nos locais de verificação, tais como, depósitos, etc. e só depois dessa operação é que são encaminhados para o setor competente que, se houver disponibilidades, o que as vezes não ocorre, são liquidados."

Manifestou-se, a seguir, a fiscalização sobre as razões da defesa às fls. 20/21, dizendo, em síntese, que:

"Esta fiscalização tem a informar:

1) Os fatos expressos aqui no item 01, já haviam sido colocados verbalmente quando da fiscalização, porém sem comprovação dos efetivos pagamentos principalmente em Notas Fiscais que ditas "à vista" não podem ser aceitas como pagamentos "à prazo". Foram considerados, embora com o rigor necessário, todas as possibilidades, e o contribuinte ainda nesta defesa, se esquivava a apresentar fatos e provas materiais, que modifiquem o feito.

2) Embora o contribuinte, alegue que não obteve tempo para comprovar o real saldo bancário (improrrogáveis 72 horas), deve-se ater ao fato que embora a intimação fora lavrada em 12/12/89, o próprio sócio respondeu que não havia como comprovar o real saldo, e segundo que o Auto de Infração só fora lavrado em 01/02/90, justamente aguardando as comprovações que prometidas, não foram apresentadas à época. Portanto, há de se considerar, à luz das provas aqui juntadas fls. 38, 39 e 40, incluindo cópia do cheque n. 279302 de 26/12/85 e ex-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 10880/004.969/90-11

ACORDÃO Nº. 104-11.835

trato bancário, do Banespa, que o saldo naquela conta corrente, em 31/12/85, estava 'inflado' do valor de Cr\$.153.686.000,00, pelo cheque já emitido àquela data, porém ainda não compensado; havendo de no julgamento, ser diminuído do valor tributado por esta fiscalização, que só agora tem às mãos os comprovantes necessários.

Quanto aos demais valores citados pelo contribuinte, não há de se considerar, pois não há elementos de comprovação juntados ao processo."

A autoridade julgadora de primeira instância, por sua vez, ao apreciar o presente processo, decidiu às fls. 27/28, finalizando com a seguinte ementa e razões de decidir:

"A receita omitida na pessoa jurídica é base de cálculo de incidência para a contribuição do Programa de Integração Social

AÇÃO FISCAL PARCIALMENTE PROCEDENTE

.....

CONSIDERANDO que a ação fiscal do processo do qual este decorre foi julgada procedente nesta instância, conforme cópia da decisão juntada às fls. ;

CONSIDERANDO que a receita omitida na pessoa jurídica enseja o recolhimento da contribuição devida ao Programa de Integração Social (PIS/FATURAMENTO), por força do art. 3º., 'b', da Lei Complementar nº. 7/70 combinado com o art. 1º., parágrafo único letra 'b' da Lei Complementar nº. 17/73 e Portaria nº. 142/82;

CONSIDERANDO que o julgado no referido processo IRPJ, faz coisa julgada no presente;

CONSIDERANDO tudo o mais que do processo consta,

JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a exigência fiscal e DETERMINO a continuidade da cobrança do crédito lançando, com os acréscimos legais."

Usando do direito que lhe outorga o Decreto nº. 70.235/72, de recorrer a este Conselho da decisão de primeiro grau,



MINISTERIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 10880/004.969/90-11

ACORDAO Nº. 104-11.835

veio o contribuinte em causa formalizar seu recurso voluntário, tempestivamente, na forma da peça de fls. 31/33, lido na íntegra.

E o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Estaf', is written over the text 'E o Relatório.'

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 10880/004.969/90-11
ACORDAO No. 104-11.835

V O I O

Conselheiro REMIS ALMEIDA ESTOL, Relator

O recurso atende ao disposto no Decreto no. 70.235/72, devendo ser conhecido.

Ao recurso no. 105.472 interposto no processo matriz, já apreciado neste conselho, foi negado provimento gerando o Acórdão no. 104-11.770.

A exigência, portanto, foi mantida no processo matriz, cuja ementa sintetiza o decisório, nos seguintes termos:

"I.R.P.JURIDICA

Passivo Fictício: Constitui omissão de receitas a diferença entre o saldo da Conta Fornecedores e as comprovações apresentadas pelo contribuinte.

Depósitos Bancários: Caracteriza-se como omissão de receita a diferença entre os saldos bancários efetivos e os registrados na contabilidade."

Assim, de acordo com o princípio adotado neste Conselho de Contribuintes, de que o decidido no processo principal constitui prejudgado aplicável ao julgamento do processo decorrente, dada a relação de causa e efeito que vincula um ao outro, voto no sentido de NEGAR provimento ao recurso.

Brasília (DF), 21 de outubro de 1994


REMIS ALMEIDA ESTOL - RELATOR